

Era originário da África do Sul

Vinho do Porto falsificado apreendido na Alemanha

Chile, Austrália, China e África do Sul, são alguns dos países onde têm ocorrido a usurpação da autenticidade do vinho do Porto. Nos últimos anos, as autoridades fiscais têm estado de vigilância mais apertada sobre esta realidade. Um dos últimos casos ocorreu na Alemanha.

ALMEIDA CARDOSO

Tudo começou quando o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP) foi alertado há duas semanas pelas autoridades alfândegárias alemãs para uma carga de garrafas de vinho do Porto potencialmente falso, proveniente da África do Sul. Após a análise do caso, o IVDP concluiu que estava a ser violado o direito da União Europeia relativo à proteção da Denominação de Origem. O vinho em causa não foi produzido na Região Demarcada do Douro (RDD), mas a garrafa tinha a inscrição "Port" es-

condida por um autocolante com outra designação. O IVDP seguiu os procedimentos necessários para impedir a comercialização daquele vinho, conseguindo que as garrafas fossem completamente destruídas.

O presidente do IVDP, Manuel Cabral, elogiou a capacidade de intervenção "eficaz" das autoridades alemãs. "Detetaram esta infração com rapidez e deram seguimento à destruição do produto". "Isto significa que a fiscalização acontece e é mais um contributo que com certeza inibe outras tentativas de falsificação", sublinhou.

Este exemplo de fraude do vinho

do Porto põe a nu uma realidade que está num impasse. "A África do Sul já está obrigada internacionalmente a proteger a denominação de origem 'Porto', mas a garantia do cumprimento do acordo bilateral com a União Europeia ainda não foi inteiramente assegurada".

Saliente-se que, numa atitude de preservação de um produto único a nível interno, também está proibida por lei a produção de vinhos licorosos na região Demarcada do Douro. De acordo com o Decreto-Lei de 2002, agora só podem ser produzidos licorosos de qualidade com denominação de origem "Porto" e "Douro". Ou

seja, na região demarcada mais antiga do mundo, só o Vinho do Porto e o Moscatel podem ser elaborados. A base da criação deste diploma está sustentada pela crescente comercialização de vinhos licorosos sem direito a denominação de origem ou indicação geográfica, e na conciliação da defesa da genuinidade e da garantia qualitativa inerente aos vinhos licorosos de qualidade produzidos em regiões determinadas, VLQPRD. Por tal, esta medida tem como objetivo prevenir o risco de fraudes e a desvalorização da imagem do Vinho do Porto e do Moscatel do Douro.